

**GRUSSAÍ SIDERÚRGICA DO AÇU S.A.**

CNPJ nº 09.435.661/0001-14

(Companhia Fechada)

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

**1. Mensagem da Administração**

A Administração da Grussaí Siderúrgica do Açu S.A. ("GSA"), em atendimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação dos Senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

**2. Declaração da diretoria**

Nos termos da Instrução CVM 480/09, os diretores da Companhia declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

**3. Agradecimentos**

A Administração da GSA agradece aos Senhores acionistas, aos governos federal, estaduais e municipais, aos parceiros e fornecedores, às co-

munidades das áreas onde a Companhia desenvolve seus projetos, e, em especial, aos seus colaboradores pela contribuição, dedicação e confiança ao longo de 2012.

Ficamos à disposição dos Senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2013

À Administração

**BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e bancos	5	5	37	Fornecedores		31	-
Adiantamentos diversos		3	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	203	657
Impostos a recuperar	6	737	1.098	Dividendos a pagar		111	319
Depósitos bancários vinculados	7	6.997	19.707	Outros		-	27
		7.742	20.842			345	1.003
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>	11		
Propriedade para investimento	8	25.433	-	Capital social		31.909	30.247
Imobilizado	9	-	11.817	Reserva de capital		500	-
		25.433	11.817	Reserva de lucros		90	67
				Dividendos adicionais propostos		331	1.342
				Total do patrimônio líquido		32.830	31.656
<b>Total do ativo</b>		<b>33.175</b>	<b>32.659</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>33.175</b>	<b>32.659</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucro/ (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	75	29.489	-	-	-	29.947
Integralização de capital em 28 de dezembro de 2012	30.172	(29.489)	-	-	-	683
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.345	1.345
Constituição de reserva legal	-	-	67	-	(67)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(319)	(319)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	1.342	(959)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	30.247	67	1.342	-	-	31.656
Integralização de capital em 30 de abril de 2012	1.662	-	-	-	-	1.662
Pagamento de dividendos adicionais propostos em 2011	-	-	-	(1.342)	-	(1.342)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	465	465
Constituição de reserva legal	-	-	23	-	(23)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(111)	(111)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	331	(331)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	500	-	-	-	500
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	31.909	500	90	331	-	32.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)****1. Contexto operacional**

A Grussaí Siderúrgica do Açu S.A. ("GSA" ou "Companhia"), foi constituída em 28 de fevereiro de 2008 com objetivo de participar em outras sociedades como sócio, acionista ou quotista. Em 31 de julho de 2008 a LLX Açu Operações Portuárias S.A. ("LLX Açu") adquiriu 99,99% das ações da Companhia, visando o desenvolvimento do Superporto do Açu e seu objeto social foi alterado para a fabricação, transformação, comercialização, importação de produtos siderúrgicos.

A Companhia possui seus terrenos com o objetivo de alugar a clientes que venham a desenvolver seus projetos na área do Superporto do Açu no Distrito Industrial de São João da Barra.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras, estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

**a) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

**b) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

**c) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

**3. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis, abaixo descritas, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente convertíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**b) Propriedade para investimento**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Pode ser composto de juros capitalizados decorrente dos empréstimos, gastos com material e mão de obra direta ou qualquer outro gasto diretamente atribuível a essa propriedade, desde que seja necessário para colocá-la em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida é vendida, os montantes reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Quando a utilização da propriedade mudar de tal forma que ela seja reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação será seu custo para a contabilização subsequente.

**c) Dedução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa" ou "UGC").

As perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

**d) Passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços patrimoniais.

Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

**e) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável, excedente de R\$240, e de 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Administração não registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nesta fase de desenvolvimento do projeto.

**f) Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

**4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações**

Novas normas foram emitidas pelo CPC, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. Das normas emitidas, aquela que poderia afetar as demonstrações financeiras da Companhia é o CPC 46 - Mensuração de Valor Justo. O objetivo deste pronunciamento é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso é requerido ou permitido por outros pronunciamentos. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que não haverá impacto decorrente desse pronunciamento.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**5. Caixa e bancos**

	2012	2011
Caixa e bancos	5	37

**6. Impostos a recuperar**

	2012	2011
IRPJ e CSLL	512	605
IRRF sobre aplicações financeiras	225	493
	737	1.098

**7. Depósitos bancários vinculados**

Os depósitos vinculados referem-se à compra dos terrenos efetuados pela Companhia, cujas glebas estão submetidas ao processo de desapropriação no Superporto do Açu. Estes recursos serão utilizados pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro ("CODIN"), após a autorização da empresa GSA, principalmente para realizar depósitos judiciais em favor dos proprietários ou posseiros dos terrenos. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$6.997 (R\$19.707 em 31 de dezembro de 2011).

**8. Propriedade para investimento**

	2011	Movimentação	2012
	Custo	Adições	Transfêrências (*)
Propriedade para investimento	-	13.616	11.817
	-	13.616	11.817
	-	13.616	25.433

Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrava como imobilizado os custos com as aquisições de terrenos e não havia definido a forma de utilização destes ativos. No exercício de 2012, a Administração determinou que todos os terrenos adquiridos seriam utilizados para arrendamento e, dessa forma, reclassificou os saldos anteriormente registrados como imobilizado para propriedades para investimento, conforme demonstrado na tabela acima.

As propriedades para investimento são avaliadas pelo método do custo, porém em atendimento a norma contábil CPC 28 - Propriedade para investimento assim que for possível a Companhia irá avaliar, para fins de divulgação, o valor justo dos terrenos. Presume-se que esta avaliação será realizada pela metodologia de fluxo de caixa descontado devido à singularidade do negócio, e a dificuldade de comparabilidade com dados de mercado. A área cuja GSA registrou como propriedade para investimento ainda não apresenta fluxo de receitas associadas garantidas

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

	Nota	2012	2011
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas	12	(263)	(15)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>			
		(263)	(15)
<b>Resultado financeiro</b>	13		
Receitas financeiras		1.021	2.103
Despesas financeiras		(90)	(86)
		931	2.017
<b>Resultado antes dos impostos</b>			
Imposto de renda e contribuição social	10	(203)	(657)
Lucro líquido do exercício		465	1.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

	2012	2011
Lucro do exercício	465	1.345
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	465	1.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

	2012	2011
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	465	1.345
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Variação monetária e juros	(191)	(2.089)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	203	657
	477	(87)

**Variáveis nos ativos e passivos**

Aumento em impostos a recuperar	361	(462)
Redução (aumento) em depósitos bancários vinculados	12.901	65
Redução de impostos e contribuições a recolher	(657)	(196)
Aumento em outras contas a pagar	2	27

**Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais**

	13.084	(653)
--	--------	-------

**Fluxos de caixa das atividades de investimentos**

Propriedade para investimento	(13.616)	-
-------------------------------	----------	---

**Caixa líquido usado nas atividades de investimento**

	(13.616)	-
--	----------	---

**Fluxos de caixa das atividades de financiamentos**

Aumento de capital em dinheiro	-	683
--------------------------------	---	-----

Adiantamento para futuro aumento de capital	500	-
---------------------------------------------	-----	---

**Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento**

	500	683
--	-----	-----

**Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa**

	(32)	30
--	------	----

**Aumento do caixa e equivalente de caixa**

No início do exercício	37	7
------------------------	----	---

No fim do exercício	5	37
---------------------	---	----

	(32)	30
--	------	----

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

contratualmente, tampouco há condições mercadológicas atuais que permitam estimar os custos futuros associados à aquisição dessas áreas que se encontram em processo de desapropriação iniciado via CODIN ou o tempo necessário para liberação legal uma vez que em grande parte, encontram-se sob regime de posse. Nesses casos, não é possível estimar o valor justo pela metodologia do fluxo de caixa descontado e nem por outro método de forma confiável, uma vez que as premissas que dão base aos modelos não podem ser apuradas razoavelmente em bases contínuas, situação esta prevista no CPC 28 - Propriedade para investimento.

**9. Imobilizado**

	2011	Movimentação	2012
	Custo	Adições	Transferências (*)
Terrenos	11.817	-	(11.817)
	11.817	-	(11.817)

(\*) O valor do terreno foi transferido para propriedade para investimento devido à intenção da Companhia em utilizar esta área para arrendamento a terceiros.

Em 2 de julho de 2010, a Companhia adquiriu a Fazenda Papagaio, pelo montante de R\$11.817 (custos mais taxas) com uma área de 239,55 alqueires, situada no Município de São João da Barra. Esse terreno destina-se a cessão de direito real de superfície, por isso foi transferido para propriedade para investimento.

**10. Imposto de renda e contribuição social a pagar**

	2012	2011
Imposto de renda	143	477
Contribuição social	60	180
	203	657

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	2012	2011
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	668	2.002
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(227)	(681)
Adicional de IR	24	24
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(203)	(657)
Alíquota efetiva	(30,39)%	(32,82)%

**11. Patrimônio líquido**

a) **Capital social**  
O capital da Companhia está representado por 31.908.890 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2012, a Companhia integralizou capital no montante de R\$1.662, conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

**b) Reservas**

A Diretoria apresentará à Assembleia Geral para aprovação proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções ou acréscimos, realizada decrescentemente e nessa ordem:  
i. 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social;  
ii. 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório dos acionistas.

Lucro do exercício de 2012	465
Reserva legal	(23)
Base de cálculo do dividendo	442
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(111)
Dividendos superior ao mínimo obrigatório	331

CONTINUA